



***A Guerra do Paraguai nos livros didáticos de história do Brasil:  
uma análise de obras publicadas entre 1900-1960***

André Átila Fertig<sup>1</sup>

Tassiana Maria Parcianello Saccol<sup>2</sup>

**Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar como alguns livros didáticos de história do Brasil abordaram a Guerra do Paraguai. Nossa investigação buscou responder a uma questão norteadora: qual o enfoque que livros didáticos apresentam acerca da guerra, quais as inspirações teóricas que os autores de livros didáticos explicitam em suas obras, enfim, que tipo de visão da história produziam autores que escreveram seus textos ou tiveram eles editados desde o início do século XX até por volta da década de 1960. Neste sentido, pretendemos identificar as influências teóricas destes manuais didáticos e também verificar se havia um diálogo entre a produção didática e a produção historiográfica acadêmica, avaliando a proximidade ou não entre estas duas narrativas da história.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai, livro didático, Império do Brasil.

**Abstract**

The aim of this paper is to analyze how some textbooks of history of Brazil addressed the Paraguayan War. Our investigation sought to answer one question: which approach we have books about the war, which the theoretical insights that the authors of textbooks make explicit in their works, in that kind of view of history produced authors who have written their text and they had edited since the beginning of the twentieth century until around the 1960s. In this sense, we intend to identify the theoretical influences of schoolbooks and also check if there was a dialogue between the didactic production and academic history-writing, evaluating whether or not the proximity between these two narratives of history.

**Keywords:** War of Paraguay, textbook, Empire of Brazil.

A Guerra do Paraguai foi um dos principais enfrentamentos bélicos da história latino-americana no século XIX, estendendo-se entre os anos 1864 e 1870. De um lado a Tríplice Aliança, constituída pelo Brasil, Argentina e Uruguai. De outro, o Paraguai, governado por Solano Lopez. Além das perdas humanas, o conflito teve um profundo impacto sobre as sociedades dos países envolvidos. No caso do Paraguai, que passava por um forte desenvolvimento até o momento do conflito, foi aniquilado pelas tropas da Tríplice Aliança

ao final da guerra. Para o Império do Brasil, além de ter acumulado altas dívidas com os ingleses, o conflito teve repercussão não só nas questões abolicionistas e republicanas, como também influenciou na construção de uma identidade nacional, sentimento até então incipiente na população brasileira. A construção desta identidade foi uma preocupação do Império do Brasil ao longo do século XIX e a Guerra do Paraguai, como usualmente é um dos papéis de um conflito bélico, foi um evento a serviço do Estado na tentativa de criação de tal identidade.

### **A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira**

Na produção historiográfica, podemos identificar três vertentes de análise sobre a Guerra do Paraguai. A primeira delas, típica da primeira metade do século XX, mas que possuiu significativa influência, pelo menos, até as décadas de 1960 e 1970, na produção de livros didáticos e na própria representação usual sobre o conflito, é conhecida como versão tradicional<sup>3</sup>, centrada na ideia de que o conflito teria sido resultado da megalomania e dos planos expansionistas do ditador Solano López. Tomamos como exemplo dessa primeira vertente a historiografia militar, que exalta os feitos de “heróis” como Caxias e Osório. Devemos observar, no entanto, que não trabalharemos com essa historiografia militar.

Um segundo enfoque acerca da guerra surgiu com a visão revisionista, nas décadas de 1960/70. Esta vertente passou a explicar o conflito como resultado do imperialismo inglês na região do Prata. O trono britânico teria utilizado o Império do Brasil e a Argentina para destruir um suposto modelo de desenvolvimento paraguaio, industrializante, autônomo, onde a economia crescia sem a interferência de empréstimos estrangeiros, e que não se submetia aos mandos e desmandos da potência de então. A guerra teria sido, pois, um “crime” cometido a um Paraguai em fase de desenvolvimento. Essa versão teve como um de seus mais conhecidos expoentes o historiador argentino Leon Pomer<sup>4</sup>, encontrando expressão no Brasil nas análises do historiador Júlio José Chiavenato. Nas palavras de Chiavenato, o conflito teria sido causado “(...) pelo rompimento da estrutura dominante do imperialismo inglês”<sup>5</sup>. Dessa forma, para o autor, o Paraguai destoava dos países latino-americanos dependentes com relação à Inglaterra, pois à medida que “o Brasil, a Argentina e o Uruguai importavam até alfinetes”, a nação paraguaia “importava técnicos, formando profissionais e criando sua própria tecnologia”<sup>6</sup>. A respeito da participação dos aliados no conflito comenta Chiavenato:

Diziam que o Brasil se cobria de vergonha para destruir um país que despontava como única terra livre da América [...] Os aliados guerreavam por um engano, para atender aos interesses de dominação econômicos da Inglaterra, que estavam sendo contestados pelo ditador Solano Lopez.<sup>7</sup>

Como afirma Ricardo Salles, o revisionista “superdimensiona a influência inglesa na região e ignora as motivações específicas dos países diretamente envolvidos”<sup>8</sup>. Entre os livros didáticos que incorporaram a vertente revisionista destacamos *História: terceiro volume*, de Ricardo, Adhemar e Flávio<sup>9</sup>. Na análise referente à Guerra do Paraguai, os autores utilizam textos do historiador Chiavenatto e fazem menção também a Leon Pomer, considerando que este “amplia essa visão” de que a guerra teria sido provocada pelo projeto de expansão territorial paraguaia. Mencionam os autores que, “não se pode esquecer que a América Latina estava inserida em uma nova ordem internacional”. O Paraguai viveu isolado, sem relações com os outros países após a independência e Lopez deu condições para que o país se desenvolvesse sem necessidade de alianças ou empréstimos com os ingleses, sendo isso “o inverso do que acontecia em outros países”<sup>10</sup>.

Finalmente, uma última via de análise, que chamamos de historiografia recente, ou seja, a escrita da história produzida a partir da década de 1980/90, explica o conflito a partir das relações estabelecidas entre os países da Região do Prata, ao longo do século XIX, durante o processo de formação dos Estados Nacionais. Segundo esta historiografia, a Bacia do rio da Prata era uma região estratégica para o comércio internacional no século XIX. Levando em consideração a importância da navegação marítima na época, os países em questão tinham o interesse de assegurar a livre navegação pela Bacia do Prata e garantir o controle sobre os rios da região. Além disso, disputas territoriais em áreas fronteiriças alimentavam os conflitos em uma região importante do ponto de vista geopolítico.

Do ponto de vista do Império do Brasil era interessante evitar governos hostis a seus interesses na região e assegurar a comunicação do Sudeste com Mato Grosso e Goiás (as principais vias de ligação eram os rios da Bacia do Prata). Para a Argentina era importante estabelecer domínio sobre o antigo Vice-reino do Prata. E, quanto ao Paraguai, estratégico era ter como área de influência a referida região, pois a hegemonia no Rio da Prata permitiria a saída para o mar, imprescindível para a realização do comércio do país.

Essa historiografia recente encontrou expressão na produção de historiadores como Leslie Bethell, Ricardo Salles e Francisco Doratioto<sup>11</sup>. Entre estes, destacamos Doratioto como o historiador que em obra recente apresenta a análise mais exaustiva e aprofundada sobre o conflito<sup>12</sup>. Para Leslie Bethell, a explicação revisionista era, “sem dúvida, algo

interessante e intelectualmente estimulante”, Contudo “há pouca senão nenhuma evidência empírica capaz de sustentá-la”<sup>13</sup>. Ao comentar a suposta rivalidade do Paraguai com os ingleses, proposta pela visão revisionista, Bethell argumenta que, na realidade, desde o final dos anos 1850, tanto para seu programa de modernização interna, com ênfase na indústria e na infra-estrutura, quanto para o de defesa da nação, o governo paraguaio voltou-se para os seus agentes em Londres em busca de fornecimento de equipamentos industriais e militares, também contratando técnicos estrangeiros, sobretudo da Inglaterra, nutrindo, portanto, relações cordiais com os britânicos. Para o historiador inglês, não parece haver qualquer pista de um interesse crescente da Inglaterra pelo Paraguai, nem como mercado nem como fonte de matéria-prima. Portanto, “não há qualquer evidência de que o modelo econômico paraguaio era incompatível com os interesses britânicos”, tampouco “havia qualquer projeto para forçar o Paraguai a estabelecer elos econômicos mais estreitos com a Grã-Bretanha e a economia mundial”<sup>14</sup>.

Ainda problematizando a questão, Bethell argumenta:

Se a guerra realmente foi empreendida pela Argentina e pelo Brasil em nome da Grã-Bretanha para destruir o modelo econômico paraguaio de desenvolvimento autônomo, sem dúvida ela teve o maior êxito. Se foi realizada em prol da incorporação da economia paraguaia dentro da economia capitalista mundial, nitidamente foi um fracasso. Na verdade ela foi um retrocesso. Dez anos após o fim da guerra, a Inglaterra só tinha uns poucos milhões de libras (1,5 milhões) em investimentos no Paraguai – e a maioria em carteira ao invés de investimentos diretos. Isso representava menos de 1% dos investimentos britânicos na América Latina. Com relação ao comércio, apenas em 1903 as importações paraguaias, feitas a Grã-Bretanha alcançaram 100 mil libras, enquanto que as suas exportações apenas ultrapassaram 50 mil libras em 1913.<sup>15</sup>

Por fim, salienta Bethell que a Grã-Bretanha e suas “supostas ambições imperialistas” não podem mais ser utilizadas como “bode expiatório para a guerra do Paraguai”. A responsabilidade primordial dessa guerra, segundo ele, cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao Paraguai. A guerra do Paraguai foi “uma guerra civil regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota!”<sup>16</sup>.

Após comentarmos as vertentes historiográficas referentes ao nosso tema de pesquisa, partimos a seguir para nossa análise acerca de como uma delas, a historiografia tradicional, durante um longo período, foi inspiração teórica marcante para importantes livros didáticos de história do Brasil publicados no século XX, pelo menos até as décadas de 1960 e 1970.

### **A Guerra do Paraguai e sua versão tradicional nos livros didáticos**

Em relação a abordagem sobre a Guerra do Paraguai, nos livros didáticos editados no Brasil, desde a década de 1920 até as décadas de 1960/70, a constatação importante obtida em nossa pesquisa foi a significativa influência da versão tradicional da história. Trata-se de uma produção do conhecimento histórico fundamentada essencialmente na narrativa de eventos – principalmente bélicos e políticos -, que oferece um valor inestimável ao sujeito na história – construindo e idealizando heróis -, e que, característica principal, produz uma visão do passado para cultuar a nação.

Um dos aspectos fundamentais da explicação formulada pela historiografia tradicional para as razões da Guerra do Paraguai está a ênfase atribuída ao personagem Solano López. Se essa corrente historiográfica já colocava nos planos expansionistas de Solano López a culpa pela guerra ter sido deflagrada, os livros didáticos, seguindo a mesma linha, criam o “vilão” Solano, caracterizando-o, às vezes, em uma narrativa excessivamente adjetivada. Assim, Pedro Calmon<sup>17</sup> caracteriza o governante paraguaio, bem como enfatiza seus planos:

Francisco Solano López, em 1855 fôra em missão à França. Jovem, ambicioso, inteligente, o 2º López voltou imbuído das idéias francesas quanto à organização militar, ao esplendor do governo pessoal, ao espírito napoleônico. Nomeado ministro de guerra de seu pai, tratou de criar no seu país um exército formidável. Morreu o velho Lopez em 1862 e herdou-lhe o governo o filho, como ditador e marechal da nação paraguaia. Corporificou o sonho grandioso.<sup>18</sup>

Chamamos a atenção aqui para a caracterização do indivíduo e para o papel que ele ocupa na história. A rigor, para a história tradicional, são os indivíduos os agentes fundamentais da história, cabendo - principalmente - aos grandes personagens políticos e militares o papel transformador da realidade social. Outro aspecto a ressaltar é o contato com o governo de Napoleão III na França, para Calmon, de grande influência nas ações de López. No mesmo sentido é a análise de Armando Souto Maior. Também para ele, López “estivera algum tempo na França e regressou ao Paraguai fascinado pelo império de Napoleão III e disposto a transformar sua pátria em uma potência militar”<sup>19</sup>.

Alguns autores ainda utilizam a expressão “Paraguai Maior” para fazer referência a política expansionista, segundo eles, de López. Assim, Joaquim Silva (*História do Brasil* para quarta série ginasial) comenta:

Morrendo Carlos Lopez, ficou no governo seu filho Francisco Solano Lopez, déspota ambicioso, que sonhava formar um grande império, o 'Paraguai Maior', anexando o Uruguai, as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, as Missões e a ilha de Martim Garcia que domina a entrada dos rios Paraná e Uruguai. Lopez armou fortemente seu país, disposto a impor sua política expansionista.<sup>20</sup>

O termo "Paraguai Maior" faz parte dessa visão tradicional a respeito da Guerra da Tríplice Aliança. Esta versão, que explica a origem do conflito como sendo fruto das pretensões megalomaniacas de López, afirma, de forma mais específica, e nas palavras de Reichel e Gutfreind, que o ditador tinha o intuito de assumir o controle de "parte do território uruguaio, desde as antigas missões argentinas e das reduções jesuíticas no sul do Brasil, formando assim o Paraguai Maior"<sup>21</sup>.

Podemos dizer que os livros didáticos que apresentam uma abordagem tradicional da Guerra do Paraguai possuem algumas características em comum. Ou seja, na maioria das vezes, detectamos uma narrativa factual e cronológica, que discorre a respeito da guerra como uma sucessão de eventos. Além disso, estes didáticos tradicionais contêm usualmente uma descrição minuciosa de batalhas, estratégias e etapas da guerra, além de uma preocupação excessiva com números e dados do Exército.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma narrativa extremamente centrada no indivíduo e que busca criar o herói nacional. Com tal finalidade, representa negativamente López. Também ressaltamos aqui a ênfase no discurso nacionalista, característica fundamental para este tipo de historiografia que, nas razões para o Brasil ter se envolvido no conflito, destaca um Império despreparado, que responde aos ataques paraguaios por necessidade de defesa e porque – para estes historiadores - a honra da nação fora ultrajada.

Considerando essa narrativa dos eventos, a maioria dos autores salienta as "grandes" batalhas travadas na Guerra da Tríplice Aliança. Ao mencionar a tomada da ponte de Itororó, Antonio Borges Hermida diz que:

Caxias alcançou grandes triunfos conhecidos pelo nome de Dezembrada. O primeiro foi a conquista da ponte de Itororó: oito tentativas foram feitas para tomar a posição, muito bem defendida pelos paraguaios; na oitava, Caxias, pondo-se a frente dos seus soldados exclamou: - *Os que forem brasileiros sigam-me!* Então a vitória foi alcançada.<sup>22</sup>

Neste exemplo acima de narrativa de batalha, além de observarmos a construção de um Caxias heróico, percebemos a ênfase do discurso nacionalista, visto que, mesmo após várias tentativas frustradas de tomada da ponte, o sentimento nacionalista ou de “amor à pátria” invocado por Borges Hermida em sua análise era capaz de conquistar a vitória desejada.

Podemos citar ainda a análise de Joaquim Silva a respeito da batalha naval de Riachuelo, um dos mais importantes combates travados durante a Guerra do Paraguai, enfocado em praticamente todos os materiais didáticos. Para o autor:

A luta durou perto de oito horas; decidiu-a em nosso favor o bravo Barroso que, de pé sobre a caixa de rodas de amazonas, com a ‘longa e alva barba ao vento, ereto, impassível e invulnerável, sob um chuva de fogo’, realizou um dos maiores feitos navais da história: arremessando seu navio, audaciosamente, como um arfete, contra o inimigo, pôs ao fundo, sucessivamente, três de suas melhores unidades.<sup>23</sup>

Novamente a descrição do evento encontra-se mesclada à ênfase na atuação do indivíduo, no caso Barroso, para Silva, de desempenho essencial na vitória dos aliados. Ressaltamos nesse trecho a narração adjetivada e a tentativa de tornar a batalha um evento heróico, construindo a imagem de um Barroso como um grande personagem e motivo de orgulho para a nação brasileira.

Finalmente, ressaltamos a descrição minuciosa de Rocha Pombo<sup>24</sup> a respeito da passagem de Humaitá, que se deu em fevereiro de 1868. Nas palavras do autor, após Caxias ter decidido que se fizesse a passagem:

Pelas três da madrugada, começaram a subir o rio os navios designados levando cada couraçado, de reboque, um monitor. Às 4 horas, dobraram os seis navios a ponta ocidental da fortaleza, e avançando sempre, iam canhoneando os pontões e jangadas que sustentavam a corrente estendida de uma a outra margem. Assim que esta mergulhou no rio, avançaram os couraçados a todo vapor; e então, o fogo rolante de 186 canhões convergiu instantaneamente sobre eles. É um furacão de ferro que se desencadeia. Numa extensão de três léguas, a terra e o céu como que se agitam sob a ação de um cataclismo. Acendem os paraguaios, pela margem direita do rio, imensas fogueiras que lhes devassem os alvos à artilharia; e todo o horizonte pareceu assim sinistramente iluminado pelas chamas de um vasto incêndio. Não mais se distinguiam os tiros: o troar dos canhões formava um só estampido, como trovão contínuo, abalando tudo.<sup>25</sup>

Ao passo que os outros autores fazem uma caracterização do evento, tendendo ao nacionalismo, Rocha Pombo nos parece mais cronológico e detalhista em suas análises, pois

não só narra como constrói o cenário que tenta explicar ao leitor. Podemos esclarecer isso pelo fato de que, na época, os autores tentavam construir uma história objetiva, pretensamente fiel aos fatos e que buscava “a verdade”. Por esta razão é que temos as descrições minuciosas tanto dos eventos como dos indivíduos, numa tentativa de dar maior fidelidade à narrativa. No entanto, mesmo sendo uma narrativa que se pretendia objetiva, esta acabou tornando-se quase ficcional, à medida que muitos dos detalhes que os autores citam nos parecem de difícil comprovação. Na realidade, historiadores como Rocha Pombo, que possuíam uma narrativa hábil e literariamente rica, construía cenários no intuito de fazer com que o leitor realizasse uma espécie de viagem ao passado, tendo a capacidade de visualizar, mentalmente, as ações e os homens do passado. Como afirmou Reinhart Koselleck sobre o caráter literário/ficcional da narrativa histórica, “todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual (...)”, visto que “(...) a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida”<sup>26</sup>.

Em relação ao discurso nacionalista que mencionávamos, a “Retirada de Laguna” é um dos episódios preferidos pelos historiadores tradicionais no intuito de salientar a presença de um sentimento nacionalista entre os soldados brasileiros. Em janeiro de 1867, uma coluna brasileira, após ter combatido os invasores paraguaios em Mato Grosso, invadiu o território paraguaio, penetrando até Laguna. Distante das linhas brasileiras, o que acarretou a falta de abastecimento da tropa, já afetada pela cólera, o tifo, e pelo beribéri, a coluna do Exército Brasileiro foi forçada a se retirar sob os constantes ataques da cavalaria paraguaia, que utilizou táticas de guerrilha, infringindo perdas severas aos brasileiros. Ainda assim, vejamos o relato de Armando Souto Maior:

Quando tencionava o coronel Morais Camisão atacar a fazenda de Laguna, viu-se ameaçado pela cavalaria paraguaia. (...) Obrigados a retroceder, nossos homens o fizeram lutando. Atacados fortemente a 11 de maio de 1867, formaram os batalhões brasileiros em quadrado, com os músicos no centro executando o hino nacional. Foi dessa maneira que suportaram heroicamente o ímpeto de uma das inúmeras cargas da aguerrida cavalaria inimiga. Terríveis sofrimentos, fome, beribéri e cólera-morbo acompanharam o regresso dos 700 sobreviventes da expedição.<sup>27</sup>

Neste trecho de Souto Maior constatamos que, até mesmo na derrota, e a Retirada de Laguna foi para as tropas aliadas, se não a maior, uma das maiores derrotas, o autor invoca o sentimento nacional. É difícil para nós acreditarmos que em meio a uma derrota, ou nas palavras do autor, “retirada”, as tropas pensariam ainda na execução do hino nacional, para o



autor, fato imprescindível para que os combatentes suportassem o ataque dos soldados paraguaios.

Para reforçar o cunho nacionalista da narrativa, usualmente os autores produziram uma versão maniqueísta do passado, enfocando a guerra a partir de uma polarização entre heróis nacionais brasileiros - criados por essa historiografia tradicional e reproduzidos nos manuais didáticos - e vilões paraguaios, sendo a figura de Francisco Solano Lopez altamente criticada. Assim, tratava-se de uma leitura parcial e valorativa, distante da objetividade a que muitos autores didáticos se propunham e que, como sabemos, é objetivo inatingível na produção do conhecimento histórico.

Discorrendo sobre a caracterização dos “vilões” e, principalmente, do maior deles - Solano López -, encontramos nos livros desde simples adjetivos ao governante paraguaio até mesmo descrições mais “completas” a seu respeito. Para Joaquim Silva, por exemplo, López era um “déspota ambicioso, que sonhava formar um grande império”<sup>28</sup>, enquanto que na perspectiva de Calmon, Solano era “jovem, ambicioso e inteligente”<sup>29</sup>. Rocha Pombo, no entanto, além dessas caracterizações faz uma relação entre López e o governante argentino Rosas, o qual havia sido derrotado com a ajuda dos brasileiros, anos antes da guerra do Paraguai, por objetivar a reconstrução do antigo vice-reinado do Prata. Para o autor, “É o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, que vai renovar as pretensões de Rosas, de formar no Prata um grande império, rival do Brasil”, e, para isso, “prepara-se solícita, mas dissimuladamente; e só aguardava agora um pretexto para entrar em cena”<sup>30</sup>. Pretexto esse que seria, na visão de Rocha Pombo, a nova intervenção do Império do Brasil no Estado Oriental, em 1864<sup>31</sup>.

Chamamos atenção ainda em Rocha Pombo, outro fragmento, em que ele faz uma espécie de análise psicológica de Solano López. Trata-se de uma linguagem bastante poética, que parece tentar envolver o leitor. Ao abordar a morte de Solano López e como esta se deu, comenta que:

Pensam mesmo alguns autores que López estava de todo despercebido em Cerro-Corá. Não é crível. O que parecia despercebimento (sic), ou fria confiança em si mesmo, não era mais do que a resignação, que nas almas duras é sempre lúgubre e impassível. Ruminava ele, sem dúvida, aquele desfecho da existência tremenda. O que viesse naqueles instantes – qualquer que fosse a catástrofe iminente – não o faria temer. É possível que tenha empalidecido no momento de acabar; mas ali, no transe final, já não era mais ele: era a vida encontrando-se com a morte. Nas condições em que vivera, não há heróis que vão firmes até o fim. Para isso seria necessário algum outro gênero de heroísmo que ele não chegou a conhecer.<sup>32</sup>

Rocha Pombo, dessa forma, constrói um personagem com sentimentos e conflitos pessoais, relatando os seus momentos finais com uma “frase de efeito”, típica de sua narrativa. Além disso, ao final de sua exposição, retira de López todo o heroísmo que normalmente os autores mais tradicionais conferem aos grandes chefes militares. Ao concluir sua visão a respeito de Solano López, o autor comenta que “López é o último grande caudilho, que fecha, na zona platina, a história daquelas terríveis usurpações da força contra o direito das coletividades”<sup>33</sup>.

Para finalizar nossa análise a respeito do indivíduo na história da Guerra do Paraguai, resta-nos tecer alguns comentários a respeito do conflito como temática historiográfica a produzir heróis nacionais. A historiografia tradicional, no intuito de conferir glórias ao Exército e, da mesma forma, aos seus comandantes (principalmente Osório e Caxias), passou a idolatrar a atuação destes no conflito. Posteriormente à guerra, com o processo de crescimento do papel político do Exército brasileiro, seriam estes homenageados como, respectivamente, patrono da cavalaria e patrono do exército.

A expressão desse mito do herói nacional ultrapassou a academia, aparecendo também nos livros didáticos. Para o autor Joaquim Silva, “Osório (...) foi um dos mais brilhantes generais de nosso Exército” e “distinguiu-se na guerra do Paraguai, onde venceu, entre outras, a maior batalha da campanha – Tuiuti, 1866.”, ao passo que “em 1866, o invicto Caxias tomou o comando dos aliados.” Depois foi a “dezembrada, onde mais uma vez se evidenciou o valor de Caxias”<sup>34</sup>. “Brilhantes e valorosos”, assim eram tidos nossos bravos comandantes. Em uma passagem de seu livro, *O mito do herói Nacional*, Paulo Miceli aborda a criação desses nossos famosos heróis na história. Para ele:

Nas páginas da história cabe tudo aquilo que desejar quem a constrói, mas esta história vai ocupar-se apenas de alguns seres especiais; desses monstros sagrados, que fazem com que os mortais comuns pareçam mais mortais e mais comuns ainda: os heróis.<sup>35</sup>

Heroísmo e nacionalismo para os autores dos livros didáticos tradicionais estiveram sempre interligados. A concepção de história destes autores é aquela que podemos caracterizar como história “mestra da vida”, na qual o estudo do passado deve servir para destacar eventos e personagens exemplares que sirvam de lição para os homens do presente e guia de ação para o futuro. No Brasil, como sabemos, a história “mestra da vida” orientou uma parcela da produção historiográfica desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (IHGB) em 1838. As primeiras obras historiográficas produzidas no âmbito do IHGB, como não poderiam deixar de ser, tornavam a história poderosa arma política, cabendo a ela produzir um conhecimento do passado a serviço da nação em construção. Tal perspectiva orientava os estudos históricos também na Europa, em países como Alemanha e França. Como destacou Manoel Salgado Guimarães, ao analisar o 1º Congresso do Instituto Histórico de Paris, realizado em 1835, a finalidade da história para os historiadores estava em proporcionar “(...) um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo”<sup>36</sup>.

Os autores de livros didáticos aqui analisados seguem esta concepção de história que articula estudo do passado a serviço da causa nacional e cujos instrumentos político-institucionais importantes a sua produção e difusão foram os Institutos Históricos e Geográficos. Pedro Calmon e Rocha Pombo foram ilustres membros do IHGB, portanto, compartilhavam da mesma visão de história produzida em tal Instituto. Também outros autores, como Borges Hermida, podem ser incluídos nesta perspectiva. Vejamos o que diz este historiador a respeito da coluna de Resquin (ofensiva paraguaia em território brasileiro) que, penetrando pelo sul de Mato Grosso, atacou a colônia militar de Dourados:

Quando Solano Lopes invadiu o Mato Grosso, apoderou-se de Dourados. Nesse destacamento havia apenas dezesseis soldados. Seu comandante, o tenente Antonio João Ribeiro mandou pedir reforços urgentes, mas o emissário foi preso pelos paraguaios. No bilhete em que reclamava auxílio, Antonio João havia escrito: “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”. Quando os paraguaios entraram no destacamento, havia dezesseis cadáveres de soldados brasileiros.<sup>37</sup>

A morte, nesse caso, seria uma situação-limite do nacionalismo, ou seja, até que ponto o nacionalismo fez dezesseis soldados chegarem em função de sua pátria. Mas o nacionalismo também aparece de outras formas no discurso tradicional referente à guerra do Paraguai. Ao comentar a entrada do Brasil no conflito, a maioria desses autores enfatiza que ela se deu por necessidade de defesa do território nacional, como um contra-ataque às forças paraguaias e seu evidente objetivo de expansão. Ou seja, não se comenta um ataque ou ofensiva brasileira, mas sim, apenas um contra-ataque. Ressalta-se que as noções de imperialismo brasileiro bem como a ideia de que o Brasil teria objetivos políticos e econômicos na região do Prata surgiram muito tempo depois dessa corrente tradicional, somente em fins do século XX. Dessa forma, para o autor Pedro Calmon:

O imperialismo brasileiro nunca existiu de fato: nem o soberano era um guerreiro, nem a classe militar preponderava na política nacional, nem concordavam os partidos constitucionais numa intervenção sistemática no rio da Prata<sup>38</sup>.

Também a participação efetiva na guerra estava relacionada, para esses autores, ao sentimento nacional. Fazia-se uma homogeneização de todos os soldados que lutaram na guerra do Paraguai, como se todos tivessem participado do conflito por livre e espontânea vontade e, ainda mais do que isso, com um ânimo patriótico invejável. Esquecia-se assim, os recrutamentos forçados, os batalhões que substituíram as pessoas mais influentes nos Corpos de Voluntários da Pátria e, sem dúvida, a adesão das camadas populares livres que percebiam na guerra muito mais uma oportunidade de carreira no Exército ou fuga da vida que levavam do que propriamente estavam imbuídas de algum sentimento nacional.

Mesmo assim, autores como Pedro Calmon enfatizavam o suposto sentimento nacionalista que mobilizava a população para a guerra:

O governo imperial exigira de todos os presidentes de províncias a convocação da guarda nacional, o engajamento de batalhões de voluntários da pátria, a remessa das policcias. Desenvolveu-se em todo o país um entusiasmo parcial sem precedentes.<sup>39</sup>

Rocha Pombo justifica a formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, como – segundo suas palavras - uma “liga da salvação” para derrotar a “clamorosa tirania” paraguaia. Vale a pena reproduzir o trecho:

Censurou-se muito, e censura-se ainda hoje esse tratado. Esquecem os críticos, a contingência em que se viram os governos aliados. López, senhor absoluto do seu povo, agredira o Brasil e a República Argentina, e punha no maior perigo a ordem internacional em todo o sul do continente. De que outra forma poderia corrigir-se a audácia agressiva do ditador senão fazendo francamente, os governos ameaçados, uma liga de salvação no intento de destruir aquela clamorosa tirania, e impedir que um déspota perturbasse a paz de três nações?<sup>40</sup>

Para concluir, podemos dizer que percebemos, na produção de livros didáticos pesquisados, todos anteriores a década de 1970, algumas características norteadoras e que explicitaram a concepção de história de seus autores que, como identificamos no início deste artigo, pode ser exemplo de uma história tradicional. Dela salientamos algumas características como a cronologia linear, a história factual, a pretensão de objetividade perante o objeto de

estudo, a narrativa com uma forte dose de nacionalismo e, finalmente, a heroicização do indivíduo e a legitimação de uma idéia elitizante de história, produto da ação dos grandes homens.

Ao comentar a respeito dessa produção, Astor Diehl afirma que:

Essa visão de história, própria de uma época em que a noção de história-ciência ou a noção de história-verdade não eram colocadas sob suspeita, sofreu sérios abalos a partir da década de 1970, quando a certeza passou a ser substituída pela dúvida; o absoluto pelo relativo; o verdadeiro pelo provável.<sup>41</sup>

Ou seja, a partir da década de 1970, os livros didáticos começaram a sofrer alterações importantes. Muitos didáticos começaram a apresentar uma história mais explicativa, mais analítica, em contraposição à narrativa factualista anterior, rica em detalhes, nomes, pretensamente objetiva e fiel à realidade. Hoje sabemos que fazer este tipo de história não só não é possível, como também não deve ser o objetivo do historiador. A este cabe procurar entendê-la e interpretá-la levando em consideração, por exemplo, a escassez de fontes, as particularidades do período histórico que analisa, entre outras inúmeras tarefas do ofício de historiador.

Das narrativas de alguns dos autores de materiais didáticos que citamos anteriormente, como é o caso de Pedro Calmon, Rocha Pombo, Joaquim Silva, podemos retirar ainda um outro elemento: a nostalgia com relação ao período monárquico. O historiador Ricardo Salles utilizou o termo “nostalgia imperial” para se referir a um sentimento difuso com relação aos tempos de grandeza do Império: uma imagem de grandeza nacional, prestígio internacional, probidade administrativa e estabilidade política. Para Salles, a presença desta nostalgia, ou seja, valorização positiva do período imperial relaciona-se mais com a consciência letrada do país (encontrando expressão em inúmeras obras) do que com o conjunto da nação. Assim:

O que importa reter é que, se difuso ao nível popular e acentuado nas elites intelectuais, há a presença de um sentimento de que houve um tempo em que o Brasil era mais respeitável, mais honesto, mais poderoso do que atualmente<sup>42</sup>.

Um grande responsável por essa sobrevivência do espectro monárquico foi, segundo o próprio Salles, o alcance limitado da obra republicana, visto que, a República, pelo menos até 1930, mostrou-se incapaz de elevar o país a patamares de progresso material, social e político

que ela mesma havia acenado como seus compromissos. Mesmo não havendo um projeto específico para a República por parte dos militares que organizaram o golpe republicano, as idéias de evolução, progresso, modernização, bem como a crença no papel positivo e impulsionador da ciência, foram incorporadas pelos republicanos. Portanto, como consequência de um golpe militar, sem apoio popular, a República não despertou aquela corrente de energia que poderia permanecer após um acontecimento que, ao menos em teoria, deveria mudar profundamente todos os destinos nacionais. O desgaste da prática republicana foi delineando este novo sentimento nostálgico, que passou a reconhecer e a buscar os aspectos positivos do Império, tais como a Independência, a manutenção da unidade nacional, o abolicionismo.

Para concluir, afirmamos que esta perspectiva nostálgica do Império do Brasil, presente em muitos historiadores da primeira metade do século XX, foi capaz de produzir um tipo de história completamente articulada as matrizes teóricas oriundas do século XIX, cujo caráter, como fizemos questão de salientar ao longo deste artigo, era a produção de uma escrita da história essencialmente descritiva, factual, com ênfase nas ações individuais, e que percebia como principal utilidade da história estar a serviço de um projeto de nação. Historiadores aqui analisados como Joaquim Silva, Borges Hermida, Souto Maior, Pedro Calmon, Rocha Pombo – exemplos de escritores de “best-sellers” de livros didáticos de história do Brasil –, pelo menos ao longo da primeira metade do século XX, conceberam o período monárquico e, o evento aqui analisado, a Guerra do Paraguai, como um inestimável tema histórico para a satisfação de seus objetivos enquanto historiadores. Como constatamos, tratou-se de mais um dos incontáveis exemplos presentes na historiografia brasileira de estudo do passado com explícitos fins políticos.

Artigo enviado em: 11/04/2010. Aprovado em: 24/07/2010.

---

<sup>1</sup> Doutor em História, professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Graduanda pela Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>3</sup> Para uma análise historiográfica sobre a versão tradicional e a revisionista ver: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>4</sup> POMER, Leon. *La Guerra del Paraguay: gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.

<sup>5</sup> CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Moderna, 1998, p. 37.

<sup>6</sup> CHIAVENATO, Julio José. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ática, 1985, p. 2.

<sup>7</sup> Idem, p. 19.

<sup>8</sup> SALLES, Op. cit, p. 22.

<sup>9</sup> Ricardo de Moura Faria é Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em História Moderna e Contemporânea (PREPES-PUC-MG). Adhemar Martins Marques é bacharel e licenciado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, também com especialização em

---

História Moderna e Contemporânea (PREPES-PUC-MG). Flávio Costa Berutti é licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em Metodologia da História (PREPES- PUC- MG).

<sup>10</sup> RICARDO, ADHEMAR, FLÁVIO. *História*. 3 vol. Belo Horizonte: Lê, 1989, p. 212.

<sup>11</sup> BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. vol III. Da Independência até 1870. São Paulo: EDUSC, 2001.; SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>12</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>13</sup> BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: *Estudos Avançados*, 9 (24), 1995, p. 270.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 280.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 283.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 283.

<sup>17</sup> Pedro Calmon Muniz de Bittencourt foi professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e orador brasileiro. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Professor de Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1945 foi eleito presidente da Academia de Letras e em 1948 foi reitor da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=205&Itemid=337>>, acesso em 02 de julho de 2008. Sobre Calmon ver também: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim; a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

<sup>18</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 4. ed. vol 14. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 224.

<sup>19</sup> MAIOR, Armando Souto. *História do Brasil para o curso colegial*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 323.

<sup>20</sup> SILVA, Joaquim. *História do Brasil para quarta série ginásial*. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 178.

<sup>21</sup> REICHEL, Heloísa ; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995, p. 35.

<sup>22</sup> HERMIDA, Antonio José Borges. *História do Brasil para primeira série ginásial*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1952, p. 167.

<sup>23</sup> SILVA, Joaquim. *História do Brasil para quarta série ginásial*. 17.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 182.

<sup>24</sup> José Francisco da Rocha Pombo era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu função de jornalista, professor, poeta e historiador. Ardoroso abolicionista e republicano, em 1875 fundou e dirigiu o jornal “o Povo” em Curitiba, no qual defendia essas campanhas. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1900, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras - mas faleceu antes de tomar posse. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA%20CRISTINA%20DANTAS%20PINA.pdf>>. Acesso em 25 de junho de 2008.

<sup>25</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 442/3.

<sup>26</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC-Rio, 2006, p. 141.

<sup>27</sup> MAIOR, Armando Souto. *História do Brasil para o curso colegial*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 326.

<sup>28</sup> SILVA, Joaquim. *História do Brasil para quarta série ginásial*. 17.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 178.

<sup>29</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 4. ed. vol 14. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 224.

<sup>30</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 432.

<sup>31</sup> Diz-se nova intervenção, pois a primeira ocorreu nos anos 1851-1852 e foi resultado do intuito de Rosas de unir em um só Estado todas as províncias que tinham formado o antigo vice-reino do Prata. Rosas começou sua política em Montevidéu, fazendo aliança com o blanco Oribe, mas os dois foram derrotados pela união das forças brasileiras e coloradas, bem como as de Corrientes e Entrerios. Para mais informações ver: BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevidéu: Ed. Banda Oriental, 1992.

<sup>32</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 448.

<sup>33</sup> Idem, p. 449.

<sup>34</sup> SILVA, Joaquim. *História do Brasil para quarta série ginásial*. 17.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 183.

<sup>35</sup> MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989, p. 10

- <sup>36</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 197.
- <sup>37</sup> HERMIDA, Antonio José Borges. *História do Brasil* para primeira série ginásial. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1952, p. 169.
- <sup>38</sup> CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 4. ed. vol 14. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 222.
- <sup>39</sup> Idem, p. 226.
- <sup>40</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 438.
- <sup>41</sup> DIEHL, Astor Antônio (org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 50.
- <sup>42</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 15.

## REFERÊNCIAS

- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 1992.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. vol III. Da Independência até 1870. São Paulo: EDUSC, 2001.
- BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: *Estudos Avançados* 9 (24), 1995.
- BEZERRA, Holien. O processo de avaliação de livros didáticos. In: NODARI, E. et all. *História fronteiras*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/ANPUH, 1999.
- BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHIAVENATO, Julio José. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ática, 1985.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Moderna, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIEHL, Astor Antônio (org.). *O livro didático e o currículo de história em transição*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil (1994)*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002.



- 
- REICHEL, Heloísa; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico* (t.2, v.5). São Paulo: Difel, 1962-1972.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC-Rio, 2006.
- LINHARES, Maria Y. (org.). *História geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Parâmetros Curriculares Nacionais: *História e Geografia*. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- LUCINI, Marizete. *Tempo, narrativa e ensino de história*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986.
- POMER, Leon. *La Guerra del Paraguay: gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim; a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- STEIN, Styanley. *A historiografia do Brasil, 1808-1889*. Revista de História (USP), São Paulo, n. 29, 1964, p. 81-131.
- TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

#### **LISTAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS:**

- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 4. ed. vol 14. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- HERMIDA, Antonio José Borges. *História do Brasil: para primeira serie ginasial*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1952.
- MAIOR, Armando Souto. *História do Brasil: para o curso colegial*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- RICARDO, ADHEMAR, FLÁVIO. *História*. 3 vol. Belo Horizonte: Lê, 1989.

---

SILVA, Joaquim. *História do Brasil*: para quarta série ginásial. 17 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. *História do Brasil*: da Colônia à República. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1979.